

Pajolla, Murilo, "Soja e sangue: indígenas protestam contra Cargill e ferrovia do agro que ameaça Amazônia", *Brasil de Fato*, São Paulo, Brasil, Sociedade Editorial Brasil de Fato, 04 de março de 2024.

Consultado em:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/04/soja-e-sangue-indigenas-protestam-contr-a-cargill-e-ferrovia-do-agro-que-ameaca-amazonia/>

Fecha de consulta: 31/07/2025.

Soja e sangue: indígenas protestam contra Cargill e ferrovia do agro que ameaça Amazônia
Porto graneleiro da multinacional em Santarém (PA) foi palco de manifestação contra 'trilhos da destruição' da Ferrogrão

04.mar.2024 às 21h15

[Murilo Pajolla](#)



[Alessandra Munduruku liderou ato em Santarém \(PA\) contra Cargill e Ferrogrão: 'trilhos da destruição' - Leandro Barbosa/Amazon Watch](#)

O porto graneleiro da [Cargill](#) em Santarém (PA) foi palco de um protesto de indígenas nesta segunda-feira (4). Povos Kayapó, Munduruku e Panará manifestaram-se contra o que chamaram de "trilhos de destruição" da [Ferrogrão](#). O projeto de ferrovia é defendido por

gigantes do agronegócio e repudiado por comunidades indígenas, quilombolas, pescadores e pequenos agricultores.

Ao lado de faixas e cartazes que pediam "Ferrogrão Não", a líder indígena [Alessandra Korap Munduruku](#) puxou as palavras de ordem "Fora Cargill", repetidas em coro pela multidão. Manifestantes que estão na rota dos quase 1000 km da ferrovia dizem não ter sido consultados a respeito dos impactos socioambientais, entre eles o desmatamento de 50 mil km², área maior que o estado do Rio de Janeiro.

Destino das colheitas de soja e milho que devastam a Amazônia no oeste do Pará, o terminal de cargas da Cargill não foi escolhido à toa para sediar o protesto. A instalação, erguida sobre um cemitério ancestral dos Tapajó, provocou um *boom* de *commodities* agrícolas em áreas protegidas e de casos de violação de direitos humanos de comunidades indígenas e tradicionais.



Protesto teve saca de soja manchada de tinta vermelha simbolizando sangue indígena /

Daleth Oliveira/Uma Gota No Oceano

A [Cargill](#), uma das maiores comerciante de grãos do mundo, é dona de marcas comuns na mesa dos brasileiros, como Liza, Pomarola e Elefante. A multinacional é uma das principais interessadas na construção da Ferrogrão, ferrovia que enfrenta forte oposição de lideranças indígenas na Amazônia.

Ao **Brasil de Fato**, a Cargill disse que "não participa do consórcio formado para a construção da Ferrogrão". Porém a empresa foi uma das responsáveis por contratar a consultoria que elaborou o estudo inicial da ferrovia, em 2016. Paulo Sousa, presidente da Cargill no Brasil, disse no ano passado que a ferrovia é um projeto prioritário, em discurso durante evento do agronegócio.

Junto com a Ferrogrão, a Cargill está "no banco dos réus" nesta segunda-feira (4). Em Santarém, organizações de populações atingidas reúnem-se em um [tribunal popular](#) para fazer um julgamento simbólico da linha férrea, com a participação indígenas, quilombolas, pequenos agricultores de assentados e outros moradores da área impactada

Entenda os impactos da Ferrogrão

A Ferrogrão é um megaprojeto de ferrovia, com quase mil quilômetros. Pretende ligar Sinop, em Mato Grosso, até Miritituba, no Pará, passando por Itaituba (PA). Tem custo estimado de R\$ 24 bilhões e prazo de concessão de uso de 69 anos.

O projeto é impulsionado por corporações como Amaggi, ADM, Bunge, [Cargill](#) e Dreyfus, além de produtores de soja e milho no Centro-Oeste brasileiro, que pretendem baratear a exportação grãos.

O trem cortará ao menos seis terras indígenas, onde vivem aproximadamente 2,6 mil pessoas, além de 17 unidades de conservação. Na rota da área desmatada estão ainda três povos indígenas isolados, que não tem contato com não indígenas. Os dados são de [uma reportagem do Infoamazônia e Joio e o Trigo](#).

Ferrogrão impulsionada por governo federal e STF

Em setembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu por seis meses a análise sobre a constitucionalidade da construção da ferrovia enquanto aguardava estudos técnicos.

O tema voltará a ser decidido em março deste ano pelo ministro Alexandre de Moraes, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que gerou a suspensão temporária do projeto. Em 2023, Moraes autorizou que os estudos da Ferrogrão fossem retomados e permitiu a criação de um Grupo de Trabalho do Ministério dos Transportes para acompanhar o tema.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse no início do ano que o governo federal vai fazer modificações no projeto da ferrovia com o objetivo de viabilizar o licenciamento ambiental da obra.

Editado por: Matheus Alves de Almeida